

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: A GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR

SANTOS, Jucie Parreira dos¹

SANTOS, Camila Casteliano Pereira dos²

COSTA, Robson Francisco da³

RESUMO

Este texto tem o objetivo de apresentar uma experiência inédita, construída desde 2017, de estruturação de um sistema integrado de gestão dos órgãos de controle social das políticas de educação do município de Almirante Tamandaré, Paraná. Apresentam-se expectativas e proposições para o fortalecimento da participação popular na gestão da educação do município e intenciona-se uma reflexão coletiva para o fortalecimento da política de gestão e controle social que permita o exercício democrático para a promoção dos direitos sociais. Historicamente o município apresenta altos índices de violência, que são resultados da constituição do município forjadas pela política coronelista que privilegiou uma elite que ainda domina os meios de produção econômico, político e social, todavia ao mesmo tempo se têm potenciais estruturais, inclusive políticos, que tencionam tais expressões e intencionam para a construção de políticas que produzam a efetivação de direitos e da transformação social. Uma das vias planejadas e mediadas para esta transformação é o fortalecimento do conselho municipal de educação em um formato integrado com outros órgãos colegiados, assumido em metodologia reflexiva e participativa de representação no controle social das políticas da educação. O principal teórico que orienta estas reflexões é Paulo Freire, com diálogos aos autores da pedagogia progressista vinculados às esferas de mediação educacional. Considera-se, ainda que em processo, que a efetivação de um sistema integrado de gestão dos órgãos de controle social das políticas de educação promoverá a garantia de direitos públicos e, um dos principais mecanismos de superação da política coronelista que viola a produção da vida e, assim, garantirá o direito à educação de qualidade, justa, equânime e igualitária.

Palavras-chave: Controle social da Educação; Políticas de educação; Democracia; Educação Pública.

¹ Cientista social, secretário de educação e cultura em Almirante Tamandaré - jucie.parreira@gmail.com.

² Mestra em Educação, professora nas redes municipais de educação de Almirante Tamandaré e de Curitiba – camicps@gmail.com.

³ Doutorando em filosofia, diretor geral na rede municipal de educação de Almirante - rfc.ctba@gmail.com.

RESUMEN

Este texto tiene por objetivo presentar una experiencia inédita, construída desde 2017, de estructuración de un sistema integrado de gestión de los órganos de control social de las políticas de educación del municipio de Almirante Tamandaré, Paraná. Se presentan expectativas y propuestas para el fortalecimiento de la participación popular en la gestión de educación del municipio y con la intención de una reflexión colectiva para el fortalecimiento de una política de gestión y control social que permita el ejercicio democrático para la promoción de los derechos sociales. Históricamente el municipio presenta altos índices de violencia, que son el resultado de la constitución del municipio, forjadas por la política coronelista que privilegió una élite que aún domina los medios de producción económico, político y social, aunque al mismo tiempo se tienen potencias estructurales, inclusive hay políticos, que sostienen tales expresiones, y tienen la intención de construcción de políticas que produzcan la efectivización de derechos y transformación social. Una de las vías planeadas y mediadas para esta transformación es el fortalecimiento del consejo municipal de educación en un formato integrado con otros órganos colegiados, asumido en una metodología reflexiva y participativa de representación en el control social de las políticas de la educación. El principal teórico que orienta estas reflexiones es Paulo Freire, junto con diálogos de los autores de la pedagogía progresista vinculados a las esferas de mediación educacional. Se considera, aunque en proceso, que la efectivización de un sistema integrado de gestión de órganos de control social de las políticas de educación promoverá la garantía de derechos públicos y, uno de los principales mecanismos de separación de la política coronelista que viola la producción de la vida y, así, garantizará el derecho a la educación de calidad, justa, ecuánime e igualitaria

Palabras clave: Control social de la Educación; Políticas de educación; Democracia ; Educación Pública.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma experiência em construção desde 2017, que guarda uma particularidade única da práxis que intenciona a participação popular na gestão da educação municipal a partir de um órgão de controle social articulado. Anuncia-se como necessário compreender o conceito de experiência, bem como ela se produz na concepção histórica, segundo Thompson (1978, p. 16):

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao

seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual idealidade foi abstraída, e que a consciência (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

Compreender as experiências inseridas no campo da contradição volta-se à análise de como os sujeitos vivenciam, e pautam os seus interesses nas tensões produzidas numa relação material de poder (THOMPSON, 1978, p. 194).

Anuncia-se o relato da estruturação de um sistema integrado de gestão dos órgãos de controle social das políticas de educação do e no município de Almirante Tamandaré, Paraná. Apresentam-se expectativas e proposições para o fortalecimento da participação popular na gestão da educação do município e intencionava-se uma reflexão coletiva para o fortalecimento da política de gestão e controle social que permita o exercício democrático da educação para a efetivação da emancipação humana.

A educação assumida, desde 2017, na práxis da rede de educação de Almirante Tamandaré culminou na elaboração deste texto, que dialoga com as leituras de Paulo Freire compreendendo a educação como uma prática de liberdade, pois como diz Paulo Freire “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. (1967, p. 35).

Freire (1967) ainda contribui para pensar na necessária postura democrática e de participação da sociedade na educação, com a proposição de uma experiência transformadora de diálogo com as vivências concretas da sociedade para a conquista de uma conscientização libertadora, debate tensionado desde a década de 1960 mas que ainda apresenta-se como um desafio político-pedagógico para a sua materialidade transformadora. Segundo o autor:

[...] uma tentativa de resposta aos desafios contidos nesta passagem que fazia a sociedade. Desde logo, qualquer busca de resposta a estes desafios implicaria, necessariamente, numa opção. Opção por esse ontem, que significava uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta a seu mundo, alienada, em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era mais “coisa” que homem mesmo, ou opção pelo Amanhã. Por uma nova sociedade, que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua História. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos. Este é o dilema básico, que se apresenta, hoje de forma iniludível, aos países subdesenvolvidos — ao Terceiro Mundo. A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (1967, p. 35-36).

A educação é esta potência transformadora de realidades, assumi-la nesta perspectiva tensiona o projeto de sociedade comprometido com a liberdade, no sentido de promover a conscientização e autonomia para viver a justiça social como uma realidade coletiva.

A organização deste, em primeiro lugar, anuncia a realidade do município para a assumir frentes sobre a gestão democrática, direitos humanos e justiça social. Na segunda parte, apresentamos o percurso empírico que nos traz até aqui e que nos mostrou a necessidade de mencionar uma política integrada de controle social, que se insere em um movimento de reflexão e que se buscam novas formas de compreender as problemáticas e, se necessário, encontrar expectativas de novos caminhos para uma tomada coletiva de conscientização popular. Nesta postura dialógica busca-se refletir, socializar, aprender e articular coletivamente redes que partilhem de orientações teórico-metodológicas para a construção deste sistema integrado, que é ousado e insurgente ao cenário político que estamos vivenciando.

Os caminhos que orientam a compreensão sobre gestão democrática, direitos humanos e justiça social

O município de Almirante Tamandaré está sítio à Região Metropolitana de Curitiba, há 15,15 quilômetros de distância da capital do Paraná (SEIL-PR,2019). Localiza-se na região norte e faz divisa com os municípios: Curitiba, Campo Magro, Colombo, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. A densidade demográfica do município é de 611,53 hab/km² e o grau de urbanização de 95,82%. Todavia observa-se que a população urbana está concentrada em uma pequena porção do município e que cerca de 55% do território é rural (IPARDES). Atualmente a principal fonte da economia e produção do município está relacionada à produção agrícola, em que se destacam os hortigranjeiros e os produtos de batata, milho e feijão, e também a produção de minérios - cal virgem, cal hidratada e minerais calcários. Destaca-se que a extração mineral tem grande influência na economia do município. Neste sentido, alguns dos vínculos de trabalho são de pequenos agricultores e assalariados. O município, também é considerado uma cidade dormitório tendo em vista sua proximidade com a capital. Tais expressões indicam que o município é um contexto de potenciais e desafios frente à participação popular nas tomadas de decisões coletivas.

O município tem 54 unidades educacionais municipais, sendo 32 escolas municipais que atendem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (sendo que 1 é escola de educação especial, somam-se 33 ao total) e 22 Centros Municipais de Educação Infantil que atendem ao público da Educação Infantil. Os dados de 2019 indicam o atendimento à 7098 estudantes do 1º ao 5º ano e 2.072 matrículas da Educação Infantil. Em se tratando de educação, desde 2017, observa-se uma atenção à educação como um direito e justiça social sendo tensionadas pelas vias de uma tentativa democrática de compreensão da educação e da escola. Diversas frentes têm sido amplamente construídas com a mobilização da sociedade para efetivação da educação e cultura para a promoção de direitos sociais. Ressaltam-se indicadores preocupantes ao se falar sobre as violências, uma vez que o município de Almirante Tamandaré tem índices altos de violências (colocar dados do Atlas da Violência 2019). Há ainda diversos potenciais no município, principalmente pelo fortalecimento dos equipamentos públicos e a descentralização do acesso à informação que tem potencializado a efetivação dos direitos sociais e identificando as reais necessidades da comunidade para fortalecer políticas públicas articuladas.

Outra frente tensionada junto à pasta da educação está vinculada à função social da rede de proteção, no sentido que desde 2017 tem havido uma organização e consolidação dos protocolos de atendimento dos educando do município e articulação mediadora junto aos sujeitos para potencializar as famílias, trabalhadoras e trabalhadores da educação e os outros equipamentos públicos para garantirem aos sujeitos a perspectiva da justiça social.

Tais expressões, ainda em estudo, não são isoladas do projeto de sociedade produzido para o município, identifica-se expressões coronelistas em diversas relações que historicamente resultaram nas desigualdades sociais. Os resultados das práticas coronelistas produziram relações autoritárias, pautadas em princípios privados e, que em consequência anunciam relações violentas no município. A escola assumiu tais práticas sociais e perpetuou sob lógicas reprodutoras de uma sociedade perversa, destituidora de direitos e violenta.

Estas expressões, por sua vez, vêm sendo tensionadas. Assumidas pela gestão da educação municipal desde 2017, a partir de ações planejadas de forma popular. A principal diretriz para a gestão e suas mediações é a promoção dos direitos humanos e a conscientização desta frente para a transformação social. A humanização em todas as práticas com a participação das pessoas nas tomadas de decisões da educação e na mediação de um município educador. Um dos exemplos concretos desta frente é que a construção do currículo municipal está sendo realizada coletivamente, com a participação de diversas representações, seja de trabalhadoras e trabalhadores da educação, comunidade, movimentos sociais, universidade entre outras representações que têm contribuído para a tomada de consciência coletiva, sobre o projeto de educação que se tem e que se quer.

Antes de 2017 o olhar para a educação do município voltava-se principalmente para a centralidade da escola, assumindo, portanto, uma perspectiva escolarizante, em que os indicadores de alfabetização eram os principais aspectos a serem identificados como importantes para a pasta da educação e cultura do município. Uma lógica que não cumpria com a sua finalidade, uma vez que a alfabetização guarda vínculos íntimos com o projeto de sociedade e tirar sua dimensão político-pedagógica é expropriar a mediação da cidadania dos sujeitos. A partir de 2017, os principais conceitos discutidos

com a população começaram a se pautar em estudos sobre direitos humanos, território, vínculo, gestão democrática, direito e inclusão social e etc. Tais estudos, em construção, serão publicados como resultado no currículo do município. Desta forma, o olhar para a educação enquanto perspectiva de privilégio começou a ser identificado com um lugar de direito de todas e de todos, inserindo-se como uma pauta coletiva no município, inclusive pela articulação intersetorial. Pode-se identificar que a realidade é contraditória, ao mesmo tempo anuncia tensões que se insere no campo dialético entre “o já sido e o ainda não”, dessa relação que é histórica, “pois penetra no processo, do começo ao fim”, para a produção dos sentidos das relações humanas. (CURY, 1992, p. 31).

Nosso entendimento é o de que as relações de poder postas nestas tensões sociais estão mais evidenciadas e dão força a diversos interesses relacionados. Como nos lembra Hobsbawm, todo movimento social em diferentes cenários e tempos históricos recebe influência tanto do reformismo como do revolucionarismo (1970).

As dimensões da gestão educacional assumem a categoria da totalidade para a compreensão da educação na leitura social, cultural e histórica, por entendermos como especificidade humana e transformadora da vida. Para explica que “pensar o homem como objetivo da educação exige, antes de tudo, ter clareza a respeito de sua especificidade história” (2010, p. 24). Utilizamos as categorias: gestão democrática participativa, educação integral e territorialidade que são identificadas, desde uma concepção libertadora, como elementos culturais necessários à leitura de um projeto de educação comprometidos com a humanização, emancipação e cidadania. Para trabalhar com a discussão da gestão democrática amparamo-nos, principalmente: 1) no artigo 206 da Constituição Federal que indica como princípio a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988), 2) o artigo 53º do Estatuto da Criança e do Adolescente que defende que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990), 3) o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases em que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Em diálogo com a gestão da educação do município, o conselho municipal de educação apresenta novas necessidades de se reorganizar para realizar a sua função social estreitamente assumida numa perspectiva democrática e transformadora, frente ao acompanhamento das principais demandas de violações de direitos e com o foco principal em provocar a construção e efetivação de políticas públicas que acompanhem este tempo histórico revolucionário, de ter participação popular na gestão da educação do município considerando, sobretudo, uma educação para a efetivação da democracia pautada no direito e justiça social. Na próxima parte do texto anuncia-se a proposição de uma nova ideia sobre como articular os órgãos de controle social para assumir a perspectiva democrática e da educação pública para fortalecer este direito no município de Almirante Tamandaré.

Qual a identidade da participação política no controle social das políticas da educação no município: o atual e seu porvir.

O município conta com o exercício de um Conselho Municipal de Educação, criado pela lei 1.451 em 2009⁴. Ocorre que o formato de organização deste conselho indica que a escola é a centralidade dos debates educacionais. As cadeiras do conselho municipal de educação voltam-se a articular os coletivos que estão vinculados à escola, todavia, com uma leitura reflexiva sobre a educação enquanto elemento cultural entendemos a necessidade de tensionar outros coletivos para debaterem a educação.

As primeiras reflexões sobre a construção de uma nova política de controle social teve como ponto de partida as indagações dos representantes do poder executivo, que tinham cadeira no CME, em que indicaram para o secretário de educação e cultura as dificuldades de potencializar as atividades neste órgão, devido a ausência de quórum em várias reuniões, demonstrando as dificuldades de produção de vínculos e sentidos junto aos representantes deste órgão. Concomitantemente havia solicitações de movimentos sociais e de

⁴ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/a/almirante-tamandare/lei-ordinaria/2009/146/1451/lei-ordinaria-n-1451-2009-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-educacao-de-almirante-tamandare-e-da-outras-providencias?q=lei+1451>

sujeitos da comunidade para participarem do Conselho Municipal de Educação, como a representação das juventudes, que não tem cadeira na lei do conselho. A partir deste momento, foi pontuado uma possibilidade de reescrita da lei para que houvesse a representatividade da sociedade e que a finalidade do conselho se voltasse à garantia de uma educação pública, gratuita e equânime, vinculada às grandes questões centrais: com vínculos aos territórios, que assume a educação integral, e que potencializa uma educação humanizadora. Destarte, iniciou-se a construção de uma lei que articula os órgãos de controle social paraleia potencializar as expressões populares de vínculos com a educação no município para fortalecer a perspectiva da gestão democrática. Houve várias reuniões com os coletivos que integram o atual Conselho Municipal de Educação, bem como com a representatividade dos pares. Todas as reuniões anunciaram a emergência da revisão da política do referido conselho, para que cumpra a sua função social.

A nova lei, ainda em processo de construção, assume a concepção da educação integral, a democratização dos processos decisórios com participação e controle social, a cooperação entre poder público e sociedade civil na implementação, a mobilização e monitoramento das políticas da educação, a potencialidade nos papéis dos agentes educacionais; transparência, participação e compartilhamento das informações, e a descentralização territorial do acesso aos processos deliberativos e de monitoramento das políticas da educação.

Como pode-se observar, é fundamental o percurso da construção desta nova lei foram de assumir que a política da educação se dá pelo campo da contradição, “assim, o que é afirmado num plano é negado no outro. Evidentemente, não se trata de incoerência, mas sim de contradição [...] que exprime [...] a distância entre o ideal [...] e o real” (CHAUI, 1985, p. 146).

Ainda na construção do Sistema Integrado de Controle Social das Políticas de Educação propõe a articulação: dos conselhos escolares, do comitê das comunidades educadoras, do conselho territorial, do conselho municipal de educação, das conferências municipais de políticas da educação, e propõe a criação fórum municipal de educação.

A produção das funções deste sistema se dá em rede de responsabilidade, em que todos os sujeitos socializam e vivenciam a educação pública, desde a democracia participativa. Os representantes não ocupam cadeiras pela pessoalidade, mas sim pela representatividade que pode se alterar a cada reunião, ou a cada demanda identificada pelos seus pares. Assim exige um novo formato de função, que deixa de ser na perspectiva dominante de ocupar uma função no conselho pela representatividade pessoal, e volta-se a tarefa de representar as pautas do coletivo que o indicou e de prestar uma devolutiva aos seus.

Cumprir com a função social da educação pública é assumir a realidade a democracia participativa e privilegiar a teoria “não como práxis teórica, mas sim, como atividade real, transformadora do mundo”, que impõe comprometimento com a realidade (VÁZQUEZ, 2007, p. 112).

Compreende-se que a provação de um Sistema Integrado de Controle Social das Políticas de Educação já tem produzido novas formas de compreender a função social da educação pública, principalmente de assumir o fortalecimento da efetivação do direito à educação pública. Em outros textos intenciona-se anunciar outros avanços em relação a implementação deste sistema, bem como das expressões que este virá à tensionar na educação pública do município de Almirante Tamandaré.

Considerações finais

As considerações finais inserem-se numa tentativa de produzir um fragmento do que ainda não se construiu, pela sua qualidade de uma história que não é, está sendo, como nos ensina Freire. Intencionamos anunciar em textos posteriores o lugar de fortalecimento da educação pública e a tomada de consciência coletiva na perspectiva político-pedagógica, tendo a gestão democrática participativa, educação integral e a educação nos territórios como pauta e direito de todas e todos.

Considera-se que a realidade construída no município é resultado de um projeto de sociedade, eleito desde a mediação da educação. Compreendido o histórico e as experiencias expostas precedente, observa-se um distanciamento

do ideal de projeto de educação que se volta para a sociedade, pois, depositadas foram as decisões em um grupo selecionado o que fez com que a representação do corpo da sociedade e as camadas mais populares fossem inviabilizadas da participação.

Destacamos que as condições de compreender a educação numa perspectiva escolarizante foi uma opção intimamente vinculada ao projeto de sociedade dedicado da esfera governamental para a comunidade no município, que afastou a dimensão política das relações educacionais, vinculou de um falseou a concepção do direito à lógica da perversidade do acesso pelo viés do privilegio, que fortaleceu pautas meritocráticas e conservadoras, fortalecendo a desarticulação político-pedagógica da educação que distanciou a participação popular nas tomadas de decisões.

Compreende-se que a educação anuncia-se como uma potencialidade estratégica para discutir e transformar as realidades. Portanto, durante muitos anos o estado não assumiu posturas que provocassem reflexão frente às desigualdades sociais vivenciadas no município.

Desde 2017 inicia-se uma mediação que descentraliza o olhar e as ações da/na educação em que a unidade educacional⁵ é mais um espaço potente de produção de saberes e transformações. Os próximos desafios voltam-se à aprovação legislativa da política de fortalecimento dos órgãos de controle social e dos estímulos político-pedagógicos para que a sociedade assuma o monitoramento da educação e paute políticas públicas para a garantia dos direito à educação, bem como que a sociedade assuma vivencias de fortalecimento da educação pública, com centralidade à categoria da democracia participativa.

Referências

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁵ Escola – destacamos que na rede de educação de Almirante Tamandaré utiliza-se o termo unidade educacional pela dimensão político-pedagógica de compreender a educação na perspectiva integral e por assumir as articulações intersetoriais necessárias para a promoção do direito à educação.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 5. Ed. 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação com Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967

PARO, Vitor Henrique. *Educação Como Exercício do Poder*. crítica ao senso comum em educação. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*.2. Edição. RJ: Zahar, 1970. Introdução.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.